

Virou  
**POLÊMICA**

# Nova lei de cotas nas universidades



**“A aprovação da lei está longe de representar a verdadeira democratização do acesso ao ensino superior, pois não altera a falta de vagas”**

## AVANÇAR NA LUTA PELO LIVRE ACESSO DO POVO AO ENSINO SUPERIOR

» EMANUEL LUCAS DE BARROS

Coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Ufal

O Ensino Superior ainda continua sendo sonho para a maioria dos jovens brasileiros. Somente 14% dos jovens entre 18 e 24 anos estão dentro das universidades, e se isso por si só já não fosse bastante ruim, 76% destes estão em instituições de ensino privado, que cobram altas mensalidades e oferecem, em geral, um ensino desvinculado do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Esse baixo número de jovens nas universidades representa a elitização do ensino superior no Brasil, onde somente alguns poucos que terminam o ensino médio conseguem ingressar na universidade. Exemplo disso é que temos mais de 6 milhões de inscritos no Enem para somente 300 mil vagas nas instituições públicas.

Quem são os mais excluídos nesse processo?

Segundo um estudo da ANDIFES, que avaliou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação nas universidades federais brasileiras, 53,93% dos estudantes são brancos, e somente 8,72%, 0,93% e 32,08% são pretos, índios e pardos, respectivamente. Podemos considerar que tivemos avanços significativos desses estudantes, majoritariamente das classes C, D e E quando comparados aos números do estudo em 2004, onde os dados eram de 5,9%, 2,0% e 28,3%, evidenciando a importância das políticas de ações afirmativas na garantia do acesso dessas classes.

Além disso, segundo dados do PNAD de 2008, a média de escolaridade de brancos é de 8,3 anos, e a de negros é de 6,5 anos. Havendo, portanto, uma disputa desigual no acesso às vagas das universidades. E isto não é por acaso, os índios e negros foram por muitos anos escravizados no nosso país, e depois disso foram largados pelo Estado, sem renda, assistência e educação. Somente nos últimos anos é que temos tido, mesmo que timidamente,

avanços na inclusão na educação superior.

Essa situação é fruto do baixo investimento que a educação recebe no país. Hoje, não passa de 4% do PIB total destinado na educação, somando as esferas municipal, estadual e federal. Por isso que o Diretório Central dos Estudantes da Ufal participa da campanha e defende a aprovação dos 10% do PIB para a educação, para que possamos verdadeiramente valorizar a educação no Brasil.

A falta de prioridade do governo com a educação básica é muito preocupante. No Ideb do MEC, por exemplo, os estudantes de ensino médio tiveram uma média nacional de 3,7, numa escala de 0 a 10. Em Alagoas, essa média foi de 2,6, a pior do país, mostrando a distância que existe entre os estudantes do ensino médio e o sonho de ingressar na universidade.

Assim, a aprovação no Senado do PLC 180/2008 (o PLC das cotas nas universidades federais) que destina 50% das vagas destas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas e sugere critérios complementares de renda familiar e identidade étnica ou racial até 2016, representa um avanço no acesso à universidade.

Mesmo com esse avanço, a aprovação desse PLC está longe de representar a verdadeira democratização do acesso ao ensino superior, pois não altera a essência da exclusão que é a falta de vagas. A juventude brasileira tem que continuar lutando por mais investimento e livre acesso à educação, entendendo que educação é um direito do povo. Queremos mais que cotas, queremos assistência estudantil e livre acesso a todos! Como bem disse Che Guevara: “A universidade deve pintar-se de negro, mulato, operário e camponês, ou o povo a invadirá e pintará com as cores que quiser”.



**“As cotas são como um poderoso acelerador do necessário encurtamento das distâncias educacionais entre pretos e brancos”**

## POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS OU DESATANDO O NÓ CEGO DO RACISMO

» RACHEL ROCHA

Antropóloga, pesquisadora da cultura afro-brasileira e vice-reitora da Ufal

Desde que o Brasil decidiu implementar uma política de ações afirmativas objetivando reparar as perdas históricas de importante parcela da população brasileira, que o assunto cotas aparece, de forma acalorada, nos debates acadêmicos. Na Universidade Federal de Alagoas não é diferente. Professores e alunos se inquietam com o tema e, mais que isso, as reações se exacerbam diante da obrigatoriedade de adequar o universo de vagas às exigências da Lei nº 12.711/2012, que prevê reserva de 50% das vagas ofertadas a estudantes oriundos da escola pública, pretos, pardos e índios. As universidades deverão efetivar a política num prazo de quatro anos, a partir da próxima seleção, com percentuais crescentes de 12,5% ao ano.

Na verdade, o cerco às cotas aperta desde que o Supremo Tribunal Federal declarou ser constitucional esse tipo de ação afirmativa nas universidades. Adepta do sistema de cotas raciais, com recorte social e de gênero desde 2004, a Ufal já reserva, há nove anos, 20% de suas vagas para alunos autodeclarados afrodescendentes e obrigatoriamente oriundos da escola pública. Os efeitos positivos dessa política são imensuráveis, embora devam necessariamente se amparar em dados objetivos. Para isto, avaliação dessa política será realizada no próximo ano, quando completa uma década.

Alguns argumentos presentes nas

falas mais resistentes à implantação dessa política afirmativa são recorrentes: o da universalidade dos direitos, por exemplo, e por consequência, o seu corolário: o mérito. A defesa do sistema meritocrático, entretanto, desconsidera a situação de profundas desigualdades no Brasil, entre elas, a de oportunidades, fato que invalida ou qualifica negativamente o mérito como critério. Além do mais, a política afirmativa é uma política que politiza o ambiente acadêmico, produz conhecimento sobre as relações raciais e coloca em xeque (mate) o nó górdio da sociedade brasileira – nosso racismo –, como já notado por alguns pesquisadores do tema.

Os estudiosos das cotas no Brasil defendem, com propriedade, que a política contribui para questionar a perversa associação criada entre cor e função social, possibilitando que tenhamos mais professores, juízes, médicos, engenheiros – jovens pretos e índios qualificados e competentes. Sabe-se que o nível de escolaridade é uma variável determinante nos índices de desigualdade de renda, e que o Brasil continua sendo um país onde o diploma de nível superior favorece enormemente a inclusão profissional do jovem – aliás, esta, uma herança “branca”, de valorização bacharelesca que valora e hierarquiza trabalho braçal e trabalho intelectual.

Enquanto instituição de formação superior, comprometida com a produção e com a universalidade do conhecimento, a Ufal aposta nas cotas como um poderoso acelerador do necessário e urgente encurtamento das distâncias educacionais existentes entre pretos e brancos no Brasil, pois acredita na missão educativa e na real possibilidade de termos, no prazo de algumas décadas, esses mesmos jovens alcançando, por meio da formação profissional, ascensão, respeito, inclusão e visibilidade social.